

HABEAS CORPUS Nº 570.759 - SC (2020/0080153-7)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO

IMPETRANT : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA E

**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
THIAGO YUKIO GUENKA CAMPOS - SC036306**

IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PACIENTE : JOAO MAURICIO ZAMPARETTI (PRESO)

INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Santa Catarina que proferiu acórdão assim ementado (fls. 400-401):

APELAÇÃO CRIMINAL. CRIMES DE ROUBO CIRCUNSTANCIADO (AT. 157, § 2º, I, II E V, DO CP, EM SUA REDAÇÃO ANTERIOR À LEI N. 13.654/2018) E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO (ART. 12 DA LEI N. 10.826/2003). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DA DEFESA.

CRIME PATRIMONIAL. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO POR FALTA DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE, NA ESPÉCIE. MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVA COMPROVADAS. RÉU QUE ADENTROU NA RESIDÊNCIA DOS OFENDIDOS, NA COMPANHIA DE INDIVÍDUO NÃO IDENTIFICADO E, COM EMPREGO DE ARMAS DE FOGO, AMARROU AS VÍTIMAS, RESTRINGINDO SUAS LIBERDADES E SURRUIPIOU DIVERSOS BENS NO LOCAL, EVADINDO-SE COM O VEÍCULO DOS OFENDIDOS E NA POSSE DOS DEMAIS OBJETOS SUBTRAÍDOS. CUMPRIMENTO DE MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO NA RESIDÊNCIA DO ACUSADO EXPEDIDO EM OUTRO FEITO, NO DIA SEGUINTE E POUCAS HORAS APÓS O ASSALTO, QUE RESULTOU NA APREENSÃO DE PARTE DA RES FURTIVA, INCLUSIVE, A CHAVE DO VEÍCULO DAS VÍTIMAS, BEM COMO ARMAMENTO E TOUCA SEMELHANTE À UTILIZADA NO CRIME EM QUESTÃO, SEM JUSTIFICATIVA PLAUSÍVEL. CIRCUNSTÂNCIAS QUE, ANALISADAS CONJUNTAMENTE, REVELAM A RESPONSABILIDADE CRIMINAL DO APELANTE. NEGATIVA DE AUTORIA ISOLADA DO CONTEXTO PROBATÓRIO. CONDENAÇÃO MANTIDA.

CRIME DE POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO POR FALTA DE PROVAS. INVIABILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVA CONFIRMADAS. APREENSÃO DE ARMAMENTO MUNICIADO EM DESACORDO COM DETERMINAÇÃO LEGAL OU REGULAMENTAR, NO INTERIOR DA RESIDÊNCIA DO RÉU. NEGATIVA DE AUTORIA ISOLADA DO CONTEXTO PROBATÓRIO. ÉDITO CONDENATÓRIO MANTIDO.

DOSIMETRIA. ALMEJADA REDUÇÃO DA FRAÇÃO EMPREGADA NA TERCEIRA FASE DO CRIME DE ROUBO PARA O MÍNIMO LEGAL. NÃO ACOLHIMENTO. EXPOSIÇÃO DE FUNDAMENTO CONCRETO PARA A APLICAÇÃO DA FRAÇÃO DE 5/12 NO DECISUM. AFRONTA AO TEOR DA SÚMULA 443 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÃO EVIDENCIADA. REPRIMENDA INALTERADA.

RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ALTERAÇÃO, DE OFÍCIO, DO REGIME INICIAL IMPOSTO NA SENTENÇA - SEMIABERTO PARA O ABERTO - EM RELAÇÃO AO CRIME DE POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. PENA FIXADA EM 1 (UM) ANO DE DETENÇÃO. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAS FAVORÁVEIS.

O paciente foi condenado às penas de 5 anos e 8 meses de reclusão, e 1 ano de detenção, em regime inicial semiaberto, e 24 dias-multa, por ofensa aos arts. 157, § 2º, I, II e V, do Código Penal, e 12 da Lei 10.826/2003, na forma do art. 69 do código repressivo. Interposta apelação pela defesa, de ofício, o TJSC modificou o regime, em relação à condenação pelo delito de posse irregular de arma de fogo, para o aberto.

A impetrante argumenta, em suma, que a pena na terceira fase da dosimetria foi exasperada sem fundamentação idônea, violando-se a Súmula 443/STJ, requerendo, em liminar, a suspensão dos efeitos do acórdão impugnado, no tocante ao excesso apontado, e, no mérito, a redução da reprimenda na terceira fase da dosimetria relativa à fração de aumento de 5/12 para 1/3.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, pois a pretensão de redução da reprimenda, na terceira fase da dosimetria, relativa à fração de aumento de 5/12 para 1/3, é claramente satisfativa, melhor cabendo o seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, garantindo-se assim a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se as informações.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator